GDI GRUPO DE INVESTIGAÇÃO

Mal invisível

AS FALHAS NA CADEIA DE

FOTOS: MATEUS BRUXEL

1 - Quem deve fiscalizar resíduos de agrotóxicos nos hortifrutigranjeiros?

CONFORME O ACORDO DA CEASA COM O MINISTÉRIO PÚBLICO

Ceasa
É obrigada a "colaborar para identificar, qualificar e mapear a qualidade higiênico-sanitária dos hortifrutigranjeiros". Deveria ter maior controle e poder de fiscalização sobre os produtores e comerciantes que estão ofertando vegetais contaminados por pesticidas nas suas dependências. Tem a atribuição de suspender agricultores flagrados de forma reincidente com produtos comprometidos, mas jamais fez isso. *(Leia ao lado o contraponto do presidente da companhia em entrevista)*

Secretaria Municipal da Saúde (SMS)
É responsável por fazer as coletas de hortifrutigranjeiros na Ceasa. Depois, a pasta é obrigada a encaminhar o material ao laboratório. Teria, ainda, de enviar os laudos sobre alimentos contaminados para o MP. O Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS) tem as mesmas atribuições, em caráter complementar ao da SMS.

Laboratório Central do Estado (Lacen)
É responsável pelas análises de agrotóxicos, devendo remeter os casos de contaminação ao MP. Deveriam ser feitas até 20 análises conclusivas por mês.

Ministério Público (MP)
Deve alertar a Ceasa sobre casos de contaminação para que os infratores sejam enquadrados. Também ajuíza ações contra os produtores que discordam das penalidades e não aceitam firmar novo pacto para uso correto dos agrotóxicos.

CONFORME A LEGISLAÇÃO FEDERAL

Centro Estadual de Vigilância em Saúde (CEVS) e a Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Irrigação (Seapi)
A Lei Federal 7.802/1989 e o decreto federal 4.074/2002 colocam os dois órgãos como fiscalizadores de "resíduos de agrotóxicos e afins em produtos agrícolas". Deveriam fazer testes em alimentos e propor punições aos produtores infratores. O secretário da Agricultura é Ernani Polo e a diretora do CEVS, Marilina Bercini.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)
Devem fazer o mesmo que a pasta estadual.

2 - Quem deveria fiscalizar a aplicação de agrotóxicos nas plantações?

Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Irrigação (Seapi)
A pasta tem obrigação de conferir a regularidade no uso de agrotóxicos nas propriedades rurais e também as empresas que prestam esse serviço, como a aviação agrícola. A secretaria também deveria fiscalizar as lojas agropecuárias que vendem pesticidas a qualquer um que solicitar no balcão, sem exigência de apresentação da receita agronômica. O acordo da Ceasa estendeu a tarefa de fiscalização dos produtores rurais ao Crea.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do RS (Crea)
Deve fiscalizar a venda de agrotóxicos em agropecuárias, checando a existência e a correção das receitas agronômicas de profissional habilitado. Também fiscaliza produtores para verificar se estão aplicando os agrotóxicos nas lavouras dentro das previsões legais.

O QUE DIZ A VIGILÂNCIA MUNICIPAL
Alega que participação do órgão é em apoio ao CEVS, coletando amostras de alimentos na Ceasa e as entregando ao Lacen para exames.

O QUE DIZ O CEVS
Afirma que presta orientações aos produtores sobre rastreabilidade e para que busquem assistência técnica, e que envia para a Ceasa e para o Ministério Público laudos de amostras insatisfatórias para que produtores sejam notificados.

O QUE DIZ A SEAPI
Informou que "no ano de 2016 já foram fiscalizadas 430 propriedades". Afirma que "neste ano, 209 amostras estão sendo coletadas para análise de resíduo de agrotóxico, em torno de 20 diferentes culturas". Acrescentou que "fiscais retornaram às propriedades rurais onde foram coletadas as amostras, e orientaram o produtor quanto ao uso correto de agrotóxico" e que pode haver "multa ao produtor que infringir o que é recomendado na legislação".

O QUE DIZ O LACEN
Alega que trâmites para compra de material são minuciosos e que a máquina de testes ficou quebrada por meses em 2015.

O QUE DIZ O MP
Estuda ajudar o Lacen com verbas de acordos com produtores e a chance de contratar laboratório privado.

O QUE DIZ O MAPA
Diz cumprir seu papel adequadamente e que, somando ações com agências estaduais, fez mais de 60 mil fiscalizações anuais.

O QUE DIZ A ANVISA
Não comentou os testes da reportagem. Admitiu deficiência de pessoal para fazer monitoramento da qualidade dos alimentos, registros e reavaliações de agrotóxicos. Sobre a presença de venenos não autorizados para determinadas culturas, ponderou que a "prática, apesar de irregular, não significa necessariamente que a população encontra-se em risco".

O QUE DIZ O CREA
Afirma que fiscais vão nas propriedades rurais cobrar nota fiscal dos pesticidas e nas agropecuárias exigir as receitas agronômicas.

ENTREVISTAS

ERNESTO DA CRUZ TEIXEIRA
Presidente da Ceasa desde 2015

"Não vou julgar 3 mil produtores por dois ou três"

A Ceasa está cumprindo o termo de ajustamento de conduta (TAC)?
Cumpre todas as obrigações. Cobra quando tem algum problema, ou se o Lacen *(Laboratório Central do Estado)* tem dificuldade, como acontece de quebrar máquina. Não ficamos parados.

Mas desde a assinatura do TAC, em 2012, a Ceasa nunca alcançou o número de até 20 testes por mês. Qual o motivo?
A máquina do Lacen ficou estragada uns seis meses. Mandamos várias notificações para a Secretaria da Saúde dizendo que o TAC não estava sendo cumprido. Era um problema que não pertencia à Ceasa.

> *(O teste do GDI)* para a Ceasa, não é uma coisa oficial. O TAC envolve o laboratório do Estado, que é credenciado.

Há algum impedimento para realização das coletas?
A Ceasa está aqui todos os dias, atacadistas, produtores, a mercadoria está aqui. É só ligarem para nossos engenheiros agrônomos: "Olha, hoje, amanhã, agora, estamos indo para a Ceasa". Não há problema.

Com auxílio da UFSM, o GDI testou 20 amostras de cinco produtos coletados na Ceasa em 15 de setembro. O resultado mostrou que 45% estavam contaminadas. Qual a gravidade do caso?
Isso, para nós da Ceasa, não é uma coisa oficial. O TAC envolve o laboratório do Estado, que é credenciado. Não vou julgar o outro laboratório. Lamentamos que os produtos, às vezes, tenham problemas. Quando têm, os produtores recebem cursos, são suspensos, ou o produto sai do mercado.

Nas análises do Lacen de 2013, surgiu amostra de pimentão com Metamidofós, vetado no Brasil desde julho de 2012. Pelo TAC, o produtor tinha de ser proibido de vender pimentão por um ano na Ceasa, mas não foi? Por quê?
(Em 2013) não estávamos aqui.

Diante da relevância da Ceasa na distribuição de alimentos, a saúde da população do Estado está comprometida?
Não posso dizer que está em risco. Não vou julgar 3 mil produtores por amostras de dois ou três.